

Auditoria Cidadã da Dívida



Direito ao desenvolvimento: o endividamento dos países latino-americanos

*XVI Semana Jurídica da Universidade de Brasília
25 de Novembro de 2010*

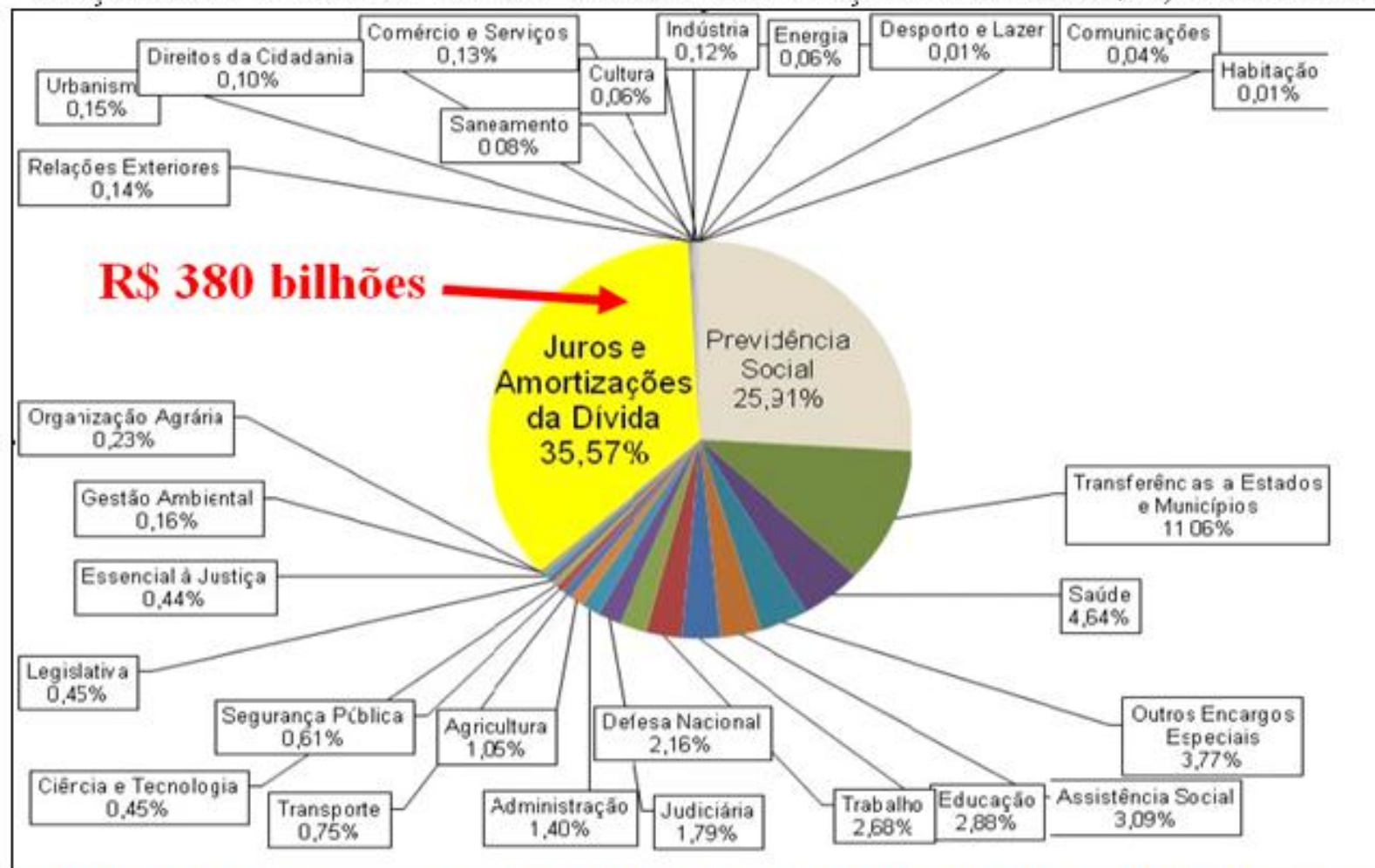
AUDITORIA DA DÍVIDA

- Plebiscito Popular realizado no ano 2000 – Campanha Jubileu Sul
- 6 milhões de brasileiros disseram NÃO para o pagamento da dívida sem a realização da Auditoria, prevista na Constituição Federal de 1988
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.divida-auditoriacidadada.org.br

A Dívida Pública consome a maior parte do orçamento federal

Orçamento Geral da União – 2009 – Por função – Total: R\$ 1,068 trilhão



Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Não inclui o “refinanciamento”

Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

A DÍVIDA SOCIAL

- ✓ Analfabetismo – 20,3% da população brasileira com mais de 15 anos são analfabetos funcionais (Fonte: PNAD 2009)
- ✓ Taxa de Desemprego – 14,2% nas Regiões Metropolitanas (Fonte: DIEESE, 2009)
- ✓ Aplicando-se tal taxa à População Economicamente Ativa do país, temos no Brasil:
14,1 milhões de desempregados

A DÍVIDA SOCIAL

- ✓ **Saúde Pública** – Filas, falta de médicos e outros profissionais de saúde, salários baixos, falta de condições de trabalho
- ✓ **Educação** – Má qualidade do ensino básico; salários irrisórios para professores, apesar da sobrecarga de trabalho; falta de vagas nas Universidades
- ✓ **Déficit Habitacional** – 8 milhões de moradias, além de 11,2 milhões de domicílios inadequados (Fonte: Fundação João Pinheiro, 2007)
- ✓ **Pobreza**: 40,4 milhões de pobres (2009) – Fonte IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915
- ✓ **Fome**: 9,6 milhões de famintos (2009) - Fonte IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915

A DÍVIDA VIOLA A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Artigo XXV

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais.(...)

Dívida: IMPEDE A VIDA DIGNA e o atendimento aos DIREITOS HUMANOS

- De onde veio toda essa dívida pública?
- Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?
 - O que realmente devemos?
- Quem contraiu tantos empréstimos?
- Onde foram aplicados os recursos?
- Quem se beneficiou desse endividamento?
- Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?

Somente uma AUDITORIA poderia responder a essas questões, dentre tantas outras.

AUDITORIA DA DÍVIDA: UMA REALIDADE NA AMÉRICA LATINA

- **2007: Criação da Comissão para a Auditoria Integral da Dívida (CAIC)**
- **Out e Nov/2008: Equador anuncia moratória dos bônus 2012 e 2030 e remete Relatório da CAIC para análises jurídicas nacionais e internacionais**
- **Nov/ 2008: Bolívia, Venezuela e Paraguai anunciaram a intenção de realizar auditorias da dívida**
- **Nov/2008: Seminário Internacional e Audiência Pública no Congresso Nacional em Brasília para divulgar resultados da CAIC**
- **08/12/2008: Criação da CPI da Dívida na Câmara dos Deputados**

RESULTADO DA CAIC - EQUADOR

DECISÃO DO GOVERNO EQUATORIANO (JUN/2009)

**Proposta Soberana de reconhecimento de no máximo 30% da
dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030**

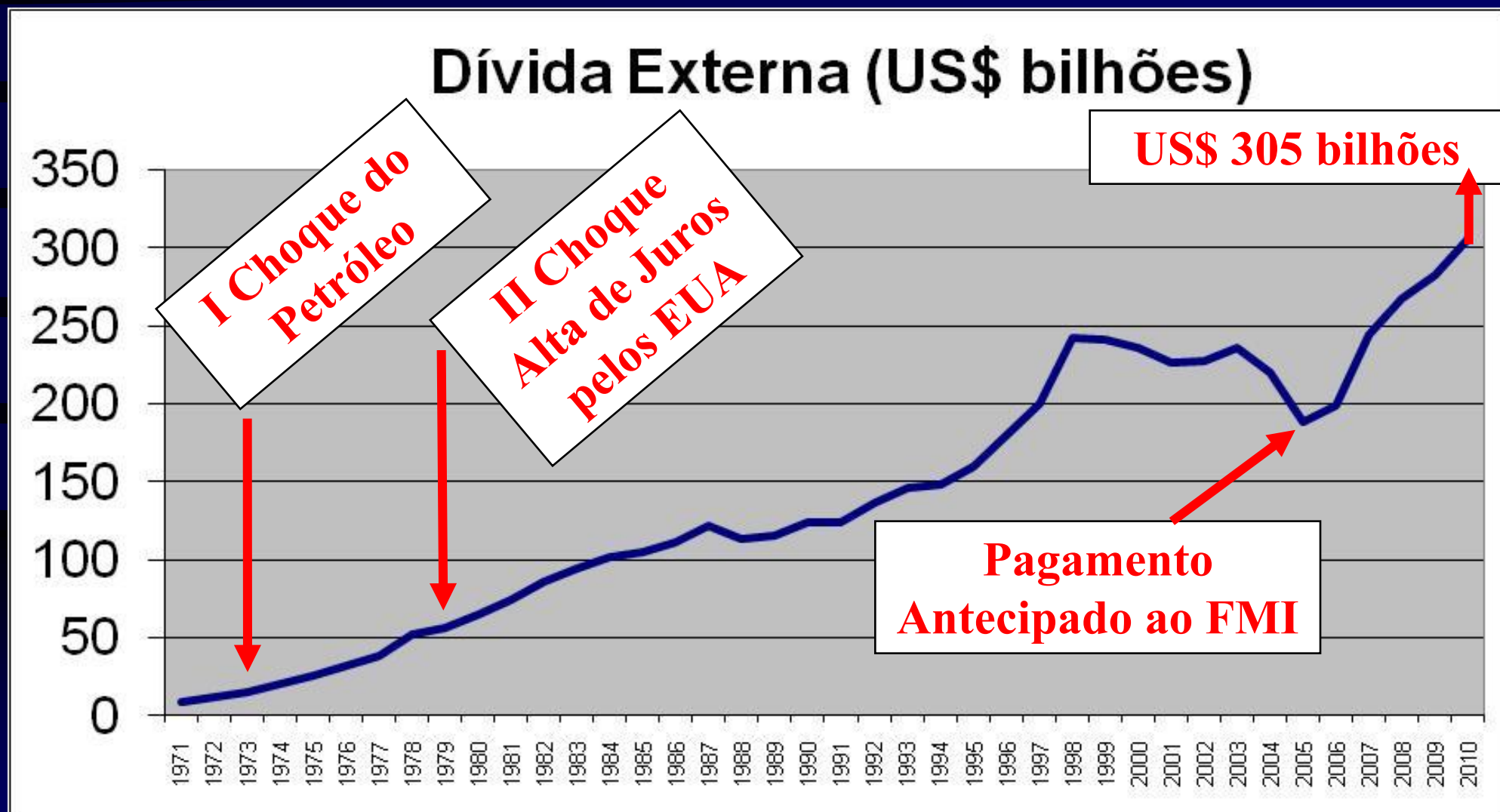
**92 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que
significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos
privados internacionais**

Economia de US\$ 7 bilhões nos próximos 20 anos

CPI da DÍVIDA PÚBLICA

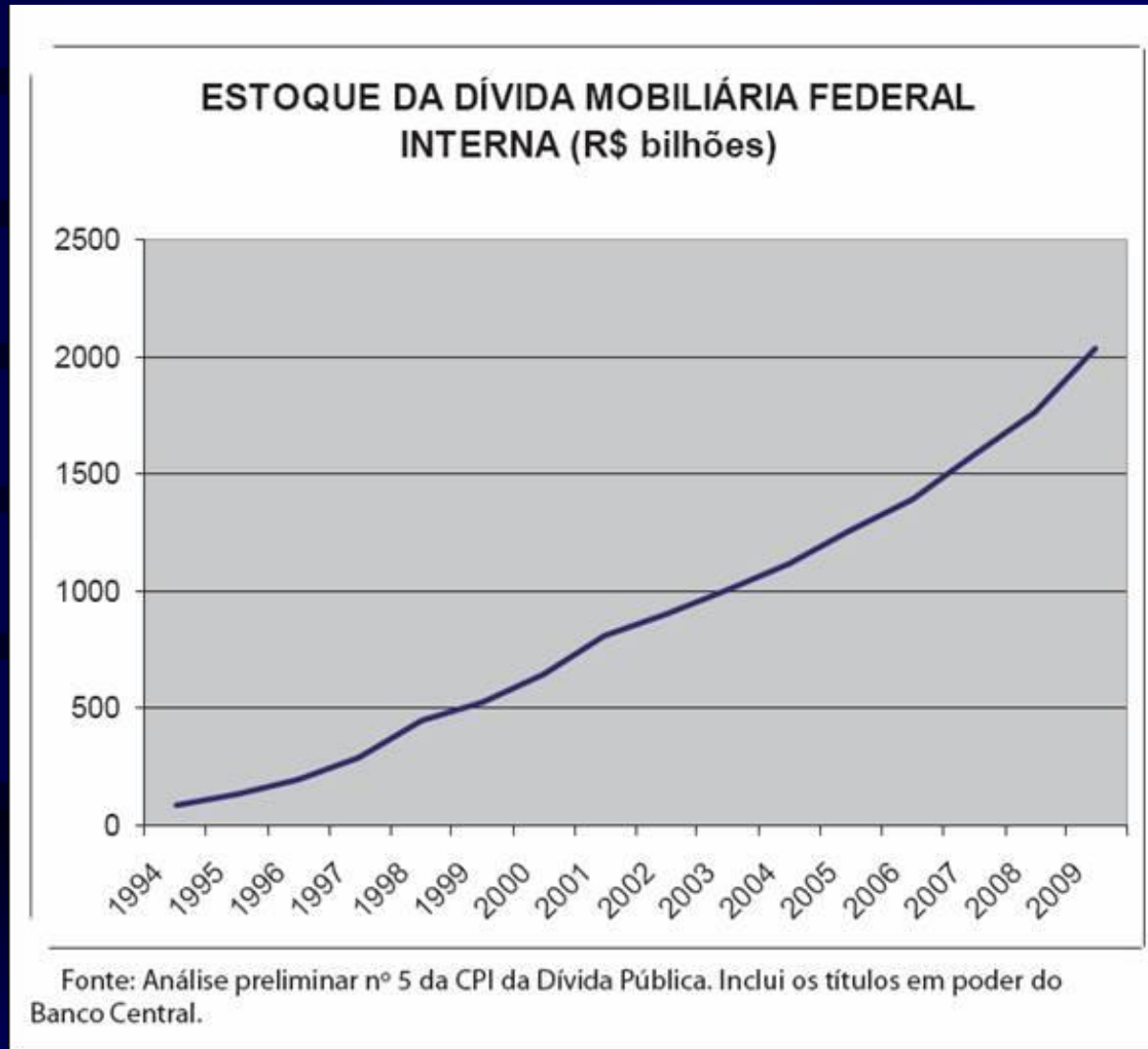
- **Iniciativa Dep. Ivan Valente (PSOL/SP) – Instalada em ago/2009**
 - **Desafio: mobilizar a sociedade para pressionar os deputados a investigarem as ilegalidades da dívida**
 - **Oportunidade de discutir o tema**
- **CPI apontou sérios indícios de ilegalidades que demandam o aprofundamento das investigações e a realização da AUDITORIA prevista na Constituição**

A Dívida Externa ultrapassou a barreira histórica dos US\$ 300 bilhões



Fonte: Banco Central

A EXPLOÇÃO DA DÍVIDA “INTERNA”



Indícios de ilegalidade: juros sobre juros, ou “anatocismo”, já considerado ILEGAL pelo STF

BRASIL EMPRESTA AO FMI E AOS EUA: PREJUÍZO ÀS CONTAS PÚBLICAS E AUMENTO DA DÍVIDA INTERNA

- O acúmulo de Reservas Cambiais (apontado como grande conquista do país) tem sido obtido às custas de aumento acelerado da Dívida “Interna”.**
- Brasil: paga juros altíssimos na dívida interna (SELIC ou acima desta) e recebe juros negativos pelas reservas**
- Governo alega que as reservas foram importantes para combater a crise: AUSÊNCIA DA DISCUSSÃO SOBRE CONTROLE DO FLUXO DE CAPITAIS**

BRASIL CREDOR DO FMI E DOS EUA:

- Povo brasileiro paga a conta do salvamento de bancos falidos:**
- Dólares utilizados para emprestar ao FMI e aos EUA (via aplicação das Reservas Internacionais em Bônus do Tesouro Norte-americano) entram no país e são convertidos em Reais.**
- Para enxugar a base monetária, BC emite títulos da Dívida “Interna”, remunerados com base na taxa Selic ou além desta**
- MEGA-PREJUÍZO DO BC EM 2009: R\$ 147 BILHÕES**

Acúmulo de Reservas = Explosão da Dívida Interna (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central. Nota: As reservas foram convertidas para Real à taxa de câmbio de R\$ 1,80.

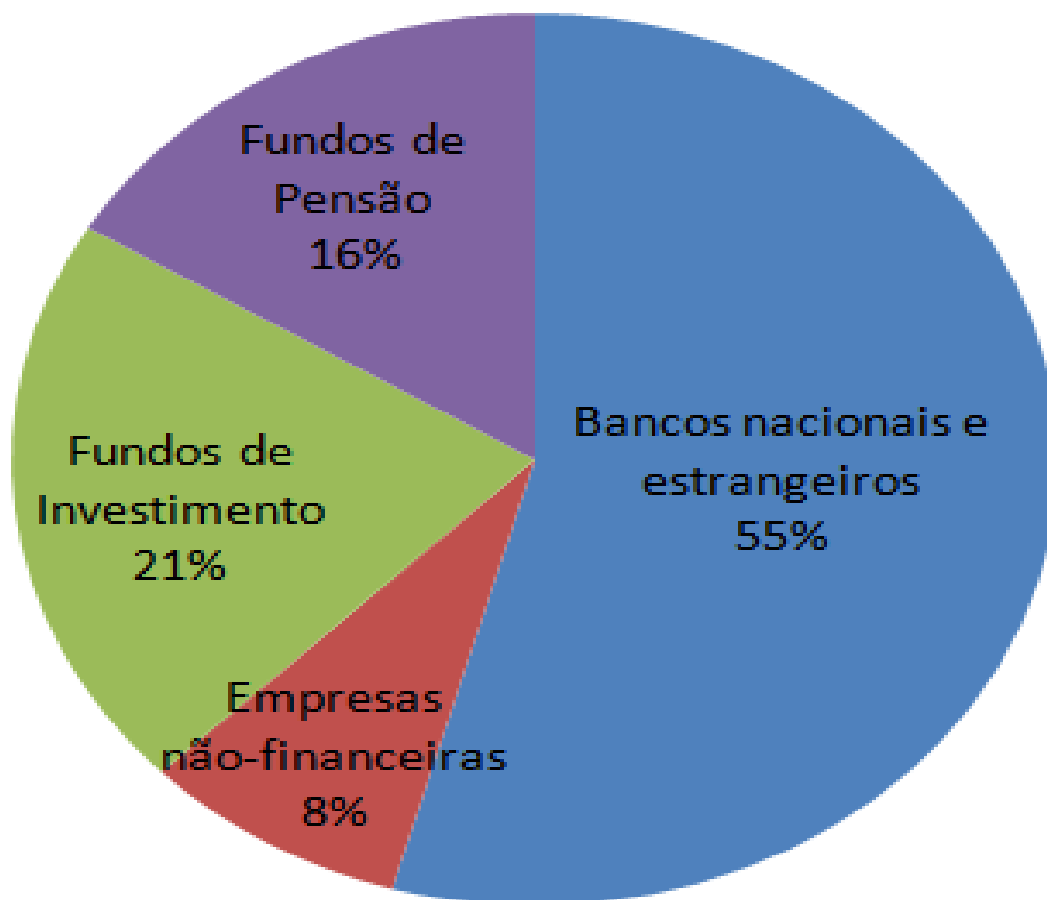
PREJUÍZO do BC: R\$ 147 bilhões em 2009

Fonte: Banco Central

Indícios de ilegalidade: Artigo 34 da Lei de Responsabilidade Fiscal proibiu o BC de emitir títulos e o art. 2º da MP 435/2008 permitiu a emissão de títulos pelo Tesouro para entrega ao Banco Central

Credores da Dívida Interna

Credores da Dívida Interna - Abr/ 2010



Nota 1: A rubrica “Fundos de Pensão” inclui recursos desses Fundos que se encontram aplicados em Fundos de Investimento de Renda Fixa.

Nota 2: A rubrica “Bancos Nacionais e Estrangeiros” inclui os Títulos Vinculados (que representam principalmente o depósito, junto ao BC, pelas instituições financeiras, de títulos públicos como garantia de operações em Bolsa de Valores) e as “Operações de Mercado Aberto” (que significam a retirada de moeda de circulação mediante entrega às instituições financeiras dos títulos públicos em poder do Banco Central).

Fonte: Banco Central (abril/2010) e Secretaria de Previdência

Complementar (Estatística Mensal– Dez/2009)

COMO SÃO DEFINIDAS AS TAXAS DE JUROS???

Convidados à 36ª Reunião do Banco Central com analistas independentes



Fonte: Ofício 969.1/2009-BCB/Diret, de 25/11/2009 (nomes dos convidados) e pesquisas na internet (cargos).

Indícios de ilegalidade: CONFLITO DE INTERESSES: os que participam do processo de decisão sobre a taxa de juros se beneficiam de altas taxas de juros

Relatório Final – CPI da Dívida – Maio de 2010

Reconhece diversas ilegalidades da dívida, denunciadas pela Auditoria Cidadã da Dívida

- Reconhece que as elevadíssimas taxas de juros (não-civilizadas) foram o fator mais importante para o crescimento da dívida, inclusive dos estados e municípios;**
- Reconhece que a dívida interna também cresceu nos últimos anos para financiar a compra de dólares das reservas internacionais, com grande custo para as contas públicas;**
- Reconhece que o Senado Federal renunciou a sua competência, pois permitiu emissões de títulos sem especificar suas características;**
- Reconhece falta de informações, documentos e transparência da dívida**

Relatório Final – CPI da Dívida – Maio de 2010

- Apesar do grave diagnóstico, o Relatório Final diz não ter encontrado irregularidades no endividamento, não recomenda a auditoria da dívida e não recomenda acionar o Ministério Público
- Resultado de “ACORDÃO” entre a Base do Governo e a Velha Direita (PSDB e DEM)
- Porém, a pressão da sociedade fez com que somente 1/3 dos 24 membros da CPI votassem a favor do “Relatório-Pizza”.

“RELATÓRIO PIZZA” 8 X 5 VOTO EM SEPARADO

Poder Econômico

Sociedade Civil

Base do Governo

Apoiado também por 8

Velha Direita

parlamentares

VOTARAM A FAVOR DO RELATÓRIO – PIZZA:

DENUNCIEM OS QUE NÃO QUEREM SABER A VERDADE SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA QUE SÓ TEM FAVORECIDO AOS BANQUEIROS E SACRIFICADO A SOCIEDADE, QUE PAGA CARO POR UMA DÍVIDA QUE SUBTRAI INÚMEROS DIREITOS SOCIAIS



Virgílio Guimarães
PT/MG (Gab. 275-III)



Jô Moraes
PCdoB/MG (Gab. 322-IV)



Márcio Reinaldo
Moreira
PP/MG (Gab. 819-IV)



Nelson Meurer
PP/PR (Gab. 916-IV)



Pedro Novais
PMDB/MA (Gab. 813-IV)



Alfredo Kaefer
PSDB/PR (Gab. 818-IV)



Manoel Junior
PMDB/PB (Gab. 601-IV)



José Rocha
PR/BA (Gab. 908-IV)

Voto em Separado - CPI

Encaminhado ao Ministério Público (para elaboração de ações jurídicas)

Denuncia graves indícios de ilegalidades da dívida:

- Juros sobre Juros (Anatocismo), ilegal segundo o STF;**
- Juros flutuantes na dívida externa – ilegais segundo a Convenção de Viena**
- Ausência de contratos e documentos; ausência de conciliação de cifras; cláusulas ilegítimas;**
- Ilegalidade do livre fluxo de capitais, que deu origem à dívida interna;**
- A grande destinação dos recursos orçamentários para o pagamento da dívida viola os direitos humanos e sociais;**
- O Banco Central faz reuniões com os bancos e outros rentistas para definir as previsões de inflação, que definem as taxas de juros**

RECOMENDAÇÃO: AUDITORIA DA DÍVIDA

**VEJAM QUEM ASSINOU O VOTO EM SEPARADO (RELATÓRIO ALTERNATIVO) DO
DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL/SP) E DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, QUE EXIGE
AUDITORIA DA DÍVIDA E O APROFUNDAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES PARA APURAÇÃO
DE RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO**



Ivan Valente
PSOL/SP (Gab.
716-IV)



Paulo Rubem
Santiago
PDT/PE (Gab. 229-
IV)



Hugo Leal
PSC/RJ (Gab. 631-
IV)



Cleber Verde
PRB/MA (Gab.
581-III)



Julião Amin
PDT/MA (Gab.
550-IV)



Ernandes Amorim
PTB/RO (Gab. 318-
IV)



Carlos Alberto
Canuto
PSC/AL (Gab. 301-
IV)



Pedro Fernandes
PTB/MA (Gab.
814-IV)

www.divida-auditoriacidada.org.br